

HABEAS CORPUS Nº 480.942 - SP (2018/0314909-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUILHERME AUGUSTO CAMPOS BEDIN - SP273122
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO MANUEL NUNES (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. CRIME DESCRITO NO ART. 155, § 4º, DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. FIANÇA. NÃO PAGAMENTO. HIPOSSUFICIÊNCIA. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

Ordem concedida para, ratificando a liminar anteriormente deferida, garantir a liberdade provisória a Rodrigo Manuel Nunes, dispensando-o do pagamento de fiança, mantidas, contudo, as demais medidas cautelares diversas da prisão fixadas pelo Juízo de primeiro grau competente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública em favor de **Rodrigo Manuel Nunes**, em que se aponta órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2197934-05.2018.8.26.0000 - fls. 34/40).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 12/9/2018, pela prática, em tese, do crime de furto qualificado (art. 155, § 4º, do Código Penal).

Posteriormente, o Juízo da Vara da Comarca de São Paulo/SP, nos Autos n. 0085291-85.2018.8.26.0050, homologou o flagrante, contudo, condicionou a liberdade provisória ao pagamento de fiança equivalente a R\$300,00, fixando, ainda, outras medidas cautelares diversas (fls. 28/31). Sem condições de arcar com a fiança, a defesa ingressou com pedido de reconsideração da decisão em audiência de custódia, tendo o juiz de piso reduzido o valor arbitrado pela metade, atingindo o total de R\$150,00.

Ainda inconformada com a manutenção da fiança, a defesa impetrou

habeas corpus na origem, o qual teve a ordem denegada liminarmente (HC n. 2197934-05.2018.8.26.0000 - fls. 34/40).

Daí o presente *mandamus*, em que o defensor público alega, em síntese, que *a fixação de fiança, nesse caso, caracteriza claro constrangimento ilegal, porque o paciente é pobre, já que é assistido pela defensoria e não possui qualquer contato externo ao sistema prisional. Como é sabido, nos casos em que as condições financeiras do preso indicarem a ausência de possibilidade para pagar a fiança, o Código de Processo Penal expressamente autoriza o juiz a dispensá-lo (art. 350) (fl. 4).*

Ressalta, ademais, que *a dispensa de fiança tem também amparo em decisões dessa E. Corte Superior (fl. 4) e que conceder-se a liberdade provisória com fiança, seja qual for o valor, é absolutamente ilegal pois, implicitamente, está sendo decretada a prisão preventiva da pessoa pobre, ainda que ausentes os seus requisitos legais (fl. 5).*

Requer, assim, *a seja decretada a CONCESSÃO DA ORDEM em favor de Rodrigo Manuel Nunes, expedindo-se alvará de soltura (fl. 6).*

Liminar deferida (fls. 55/59), informações prestadas (fls. 67/77 e 82/85), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 87/91).

É o relatório.

O cerne da controvérsia cinge-se à manutenção do paciente em prisão cautelar que somente não foi desconstituída em razão do não pagamento da fiança arbitrada.

A ordem comporta concessão.

Com efeito, o inadimplemento da fiança arbitrada, por si só, não é capaz de fundamentar a manutenção da custódia cautelar, nos termos do art. 350 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido: HC n. 251.875/AC, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 24/4/2013, hc N. 317.175/DF, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29/4/2015 e HC n. 287.252/SP, Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, DJe 2/2/2015.

Ante o exposto, **concedo a ordem** para, ratificando a liminar anteriormente deferida, garantir a liberdade provisória a Rodrigo Manuel Nunes, dispensando-o do pagamento de fiança, mantidas, contudo, as demais medidas cautelares diversas da prisão fixadas pelo Juízo de primeiro grau competente.

Comunique-se o Tribunal local.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator